

representa**coop**

  
relações  
institucionais

# INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[ semanal ]

IRP Nº 38 – ano 2025

15 a 19 de setembro de 2025

 **SistemaOcepar**  
FECOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR



## Sumário

- Congresso aprova MPV 1300, marco regulatório do setor elétrico;
- Relatório da Reforma Tributária na CCJ do Senado;
- Fazenda e PGE preparam servidores para os desafios da reforma tributária;
- Destaques de proposições aprovadas na ALEP;
- Destaques de novas proposições apresentadas na ALEP;

# CONGRESSO APROVA MARCO DO SETOR ELÉTRICO

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (17), a Medida Provisória nº 1300/2025, que dispõe sobre a reforma do setor elétrico. Para viabilizar a votação dentro do prazo regimental, foi celebrado acordo entre as lideranças, **resultando em um texto mais enxuto, com a supressão de artigos constantes no parecer da Comissão Mista**. Entre os trechos retirados, **está a previsão de novas modalidades tarifárias, que serão analisadas posteriormente no âmbito da MP 1304/2025, voltada às tarifas de consumidores de energia elétrica.**

Mesmo diante das dificuldades de negociação, foi mantida a redação do **artigo 25 aprovada pela Comissão Mista, que assegura descontos às unidades classificadas como Classe Rural, incluindo cooperativas de eletrificação rural que desempenham atividades de irrigação e aquicultura**. O dispositivo delega ao poder concedente a definição das diretrizes de aplicação, preservando a autonomia regulatória para adequação às diferentes realidades regionais.

Na sequência, **o Plenário do Senado Federal também aprovou a Medida Provisória, confirmando o texto votado pela Câmara**. Durante a apreciação, o senador Eduardo Braga (AM), presidente da Comissão Mista, ressaltou a importância do artigo 25 e destacou que sua implementação observará as especificidades locais, respeitando a diversidade do setor.

A MP 1300/2025 segue agora para sanção presidencial na forma de lei, com prazo de 15 dias úteis para análise e deliberação do Poder Executivo.



# CCJ DO SENADO APROVA PARECER DO PLP 108/2024

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal **aprovou nesta semana o substitutivo do senador Eduardo Braga (AM) ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024**, que trata da composição e funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). **A proposta corresponde à segunda fase da regulamentação da reforma tributária**, considerada um dos pontos centrais da agenda econômica em andamento no Congresso Nacional. A matéria tramita em regime de urgência e será analisada pelo Plenário do Senado.

A expectativa é de que **a deliberação no Senado ocorra nas próximas semanas, possibilitando o envio da matéria à Câmara dos Deputados**. Naquela Casa, os parlamentares deverão se debruçar sobre os dispositivos que foram modificados no substitutivo apresentado, garantindo a continuidade da tramitação. O objetivo é **assegurar que os prazos estabelecidos para a implementação da reforma tributária sejam cumpridos, criando segurança jurídica para contribuintes e entes federativos**.

O substitutivo em discussão busca detalhar o funcionamento do Comitê Gestor do IBS, órgão central para a operacionalização do novo sistema de arrecadação e distribuição de receitas. **Entre os pontos de destaque, estão a definição das competências administrativas, o modelo de governança e os critérios de transparência que orientarão a atuação do Comitê**. O debate em torno dessas regras é fundamental para que o processo de transição tributária ocorra de forma equilibrada e eficiente.

**A OCEPAR e a OCB seguem acompanhando de perto a tramitação do PLP 108/2024**, com o objetivo de assegurar que a regulamentação da reforma tributária esteja em conformidade com as diretrizes constitucionais e com a legislação específica aplicável ao cooperativismo. A atuação da entidade busca garantir que o setor tenha tratamento adequado no novo sistema, preservando a competitividade das cooperativas e sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.





# NO PARANÁ, FAZENDA E PGE PREPARAM SERVIDORES PARA OS DESAFIOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA



Em meio a uma das maiores transformações fiscais do País, a Secretaria da Fazenda (Sefa), a **Receita Estadual e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE)** iniciaram nesta quarta-feira (17) um ciclo de capacitação voltado aos impactos da Reforma Tributária para estados e municípios. A iniciativa busca preparar gestores e técnicos para atuar no novo cenário fiscal, garantindo segurança, eficiência e fortalecimento da gestão pública durante a transição. O treinamento, que segue até esta quinta-feira (18), é promovido pela Escola Fazendária (Efaz), pela Escola Superior da PGE e pela Escola de Gestão.

O objetivo principal da capacitação foi aprofundar os conhecimentos sobre as mudanças que afetam diretamente a arrecadação, o planejamento orçamentário e a autonomia financeira dos entes federativos. De acordo com a direção-geral da Sefa, a **atualização técnica é essencial para que estados e municípios conduzam uma adaptação estruturada, sem perdas de receita e com mais eficiência fiscal**. O treinamento também se estende a gestores municipais, reforçando o compromisso de preparar o nível local para as decisões estratégicas exigidas pelo novo sistema tributário.

Já a PGE, destacou o caráter histórico de integração entre Administração Tributária e Procuradoria para a implantação da Reforma Tributária, **ressaltando que a reflexão coletiva enriquece o debate e fortalece o federalismo cooperativo**. Já a Receita Estadual, teve foco sobre transição já está em andamento, com o comitê gestor do IBS em regulamentação e a exigência de adequação de todos os documentos fiscais a partir de janeiro de 2026, quando os novos tributos — IBS e CBS — entram em vigor.

Entre os temas tratados, estão o **novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá tributos atuais sobre o consumo, a aplicação da não cumulatividade para evitar cobrança em cascata e o modelo de Split Payment**, no qual o imposto será recolhido automaticamente no ato da compra. Também foram apresentados o funcionamento do Comitê Gestor, responsável por dividir a arrecadação entre estados e municípios, as regras de transição, os regimes diferenciados para setores específicos e o papel estratégico de auditores e procuradores na fiscalização e defesa do novo sistema tributário.

# DESTAQUE DE PROPOSIÇÃO TRAMITADAS NA ALEP

Foi aprovado após discussão em três turnos na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), o Projeto de Lei nº 690/2025, que trata da redução do IPVA no estado. A matéria segue para sanção do Governador do Estado:

Detalhes da proposição:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Status e texto completo
PL 690/2025	Poder Executivo	IPVA	Mensagem nº 79/2025 - altera a lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, e dá outras providências	Enviado para sanção

Após discussão de emendas na CCJ da ALEP, está pronta para discussão no plenário e possível aprovação o PL 575/2023 que trata da possibilidade de contratação de profissionais na forma de Pessoa Jurídica para trabalhos de inspeção da ADAPAR:

Detalhes da proposição:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Status e texto completo
PL 575/2023	Dep. Luis Corti (PSB)	Inspeção Sanitária	Dispõe sobre o credenciamento de pessoa jurídica prestadora de serviços na área de medicina veterinária para a inspeção sanitária e industrial em estabelecimento de produtos de origem animal no Estado do Paraná.	Pronto para a pauta no plenário

Opine sobre as leis através do forms: <https://forms.cloud.microsoft/r/zduJF2AEeS>.

# DESTAQUE DE PROPOSIÇÃO APRESENTADAS NA ALEP

Detalhes das proposições:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Status e texto completo
<a href="#">PL 717/2025</a>	Dep. Luis Corti (PSB)	Faixas de domínio das rodovias estaduais para cultivo de lavouras	Autoriza a conceder o uso das faixas de domínio das rodovias estaduais, por prazo determinado, para fins exclusivos de implantação de lavouras de culturas anuais que contribuam para a segurança do trânsito.	Enviado para a CCJ
<a href="#">PL 717/2025</a>	Dep. Luis Corti (PSB)	Faixas de domínio das rodovias estaduais para o trânsito de máquinas agrícolas (abertura de vias de acesso em cascalho, áreas de manobra e instalação de sinalização).	Autoriza a conceder o uso das faixas de domínio das rodovias estaduais, por prazo determinado, para fins exclusivos de implantação de lavouras de culturas anuais que contribuam para a segurança do trânsito	Enviado para a CCJ
<a href="#">PL 736/2025</a>	Tribunal de Justiça do Paraná	Taxas do TJ	Estabelece critérios para a cobrança de custas judiciais no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências.	Analisado pela CCJ, concedido vistas aos deputados membros para voto em separado.
<a href="#">PL 737/2025</a>	Tribunal de Justiça do Paraná	Taxas do TJ e cartórios	Estabelece critérios para a cobrança dos emolumentos referentes ao foro extrajudicial do Estado do Paraná.	Analisado pela CCJ, concedido vistas aos deputados membros para voto em separado.

Opine sobre as proposições através do forms: <https://forms.cloud.microsoft/r/zduJF2AEeS>.

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link  
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua  
sugestão e/ou opinião.

